

VIA TEOLÓGICA

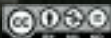
Volume 24 – Número 48 – dez. / 2023

ISSN 2526-4303 (ON LINE)

ARTIGO

A DOCTRINA DA RETRIBUIÇÃO E A PARÁBOLA DO CAMELO E DA AGULHA: O PANO DE FUNDO CULTURAL COMO VEIO CONDUTOR NA INTERPRETAÇÃO DAS PARÁBOLAS DE JESUS

*Esp. Werbston da Silva Coelho
Dr. Claiton André Kunz*



A Revista Via Teológica está licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

A DOCTRINA DA RETRIBUIÇÃO E A PARÁBOLA DO CAMELO E DA AGULHA: O PANO DE FUNDO CULTURAL COMO VEIO CONDUTOR NA INTERPRETAÇÃO DAS PARÁBOLAS DE JESUS

THE DOCTRINE OF RETRIBUTION AND THE PARABLE OF THE
CAMEL AND THE NEEDLE: THE CULTURAL BACKGROUND AS A
DRIVING FORCE IN THE INTERPRETATION OF JESUS' PARABLES

Esp. Werbston da Silva Coelho¹

Dr. Claiton André Kunz²

-
- 1 Graduação em Direito, Especialização em Direito e Processo do Trabalho, Mestrando em Teologia Profissional pelas Faculdades Batista do Paraná. E-mail: werbston@yahoo.com.br
 - 2 Graduado em Teologia e Filosofia, Mestrado em Novo Testamento, Mestrado e Doutorado em Teologia (com ênfase em Bíblia), e pós-doutorado em Teologia pela PUC/PR sob supervisão do Dr. Vicente Artuso. Professor e diretor da Faculdade Batista Pioneira, professor do Mestrado Profissional em Teologia das Faculdades Batista do Paraná, professor assistente do Mestrado em Ministérios da Carolina University / EUA e professor do Mestrado em Estudos Teológicos do Southwestern Baptist Theological Seminary / EUA. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9550-4627>. E-mail: claiton@batistapioneira.edu.br

RESUMO

O presente trabalho se propõe a demonstrar que a interpretação do texto bíblico não pode se dar sem levar em conta o elemento cultural que informa tanto o autor do escrito como seus destinatários. Uma interpretação culturalmente condicionada auxilia o estudioso das Escrituras a voltar-se com mais segurança em direção ao real sentido da mensagem que teria sido proferida aos seus primeiros receptores. Uma exegese culturalmente orientada evita que o intérprete se valha de sua própria bagagem cultural para elucidar um texto que somente pode ser explicado à luz de seu contexto. A parábola do camelo e da agulha se insere no grande mosaico das Escrituras. Como tal, não pode ser bem compreendida sem o necessário resgate da teologia que influenciava o ambiente cultural em que foi proferida. A teologia deuteronômica, cuja expressão maior é a doutrina da retribuição, precisa ser considerada como pano de fundo cultural na interpretação do que verdadeiramente Jesus quis dizer com a afirmação de que dificilmente um rico entrará no reino de Deus.

Palavras-chave: Interpretação. Parábola do Camelo e da Agulha. Pano de fundo cultural. Doutrina da retribuição.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate that the interpretation of the biblical text cannot take place without taking into account the cultural element that informs both the author of the writing and its recipients. A culturally conditioned interpretation helps the student of the Scriptures to turn more confidently towards the real meaning of the message that would have been delivered to its first recipients. A culturally oriented exegesis prevents the interpreter from using his or her own cultural background to elucidate a text that can only

be explained in light of its context. The parable of the camel and the needle is part of the great mosaic of the Scriptures. As such, it cannot be well understood without the necessary recovery of the theology that influenced the cultural environment in which it was uttered. Deuteronomic theology, whose greatest expression is the doctrine of retribution, needs to be considered as a cultural background in the interpretation of what Jesus truly meant with the statement that it is difficult for a rich person to enter the kingdom of God.

Keywords: Interpretation. Parable of the Camel and the Needle. Cultural background. Doctrine of retribution.

INTRODUÇÃO

Parece fora de discussão que uma leitura a mais superficial da Bíblia revela que ela não é o resultado de um ditado divino puro e simples. Mesmo diante da premissa básica que sustenta toda a ortodoxia cristã, no sentido de que a Bíblia é um livro inteiramente inspirado por Deus e, por conseguinte, inerrante em toda a sua mensagem, é surpreendente constatar que, de outra banda, está-se diante de um livro visceralmente humano.

A esse respeito, não se pode olvidar que a Bíblia foi escrita ao longo de um período de mais de mil e quinhentos anos, pelas mãos de dezenas de escritores³, alguns deles totalmente desconhecidos, mas a sua maioria composta de verdadeiros personagens históricos, donde se conclui que se trata de um livro que finca raízes na raça humana e se confunde com sua própria história.

Por outro lado, embora com um registro humano, a Bíblia é um livro revelado por Deus. Sua mensagem, incluindo as próprias palavras, é divina, tendo Deus como fonte da qual emana, além de fim último de seu propósito escriturístico. Não seria pre-

3 Won (2020, p. 49) sustenta que “a Bíblia é um livro formado de vários outros, escritos em um intervalo de quase dois mil anos, envolvendo mais de 40 autores”.

cipitado concluir-se que a Escritura é tanto divina quanto humana, tal qual o Deus encarnado na pessoa de Jesus Cristo. Um só livro com duas naturezas. Deve-se fazer, contudo, uma ressalva: enquanto o Cristo deve ser adorado, a Bíblia, naturalmente, não se presta a tal desiderato (CARSON; *et al*, 2020, p. 18).

Outro aspecto que deve ser realçado na humanidade das escrituras é o fato de que ela conta uma história que se passa no tempo e no espaço. Por mais extraordinários que sejam os feitos por ela narrados, não há como fugir do fato de que a Bíblia não pode prescindir de uma investigação histórica. “*E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé...*”, já dizia o percutiente apóstolo Paulo, em 1 Coríntios 15.14.⁴ O Cristianismo não é um sistema filosófico abstrato, alheio à história. Ao reverso, ele busca seu fundamento de validade na história e não subsiste sem seu respaldo.

Atrelada a essa nota convincentemente humana que a Bíblia ostenta percebe-se em suas linhas e entrelinhas a graciosa autorrevelação de Deus, que surpreendentemente se valeu do testemunho humano para falar sobre si. Esse Deus que gradualmente se revela aos homens escolheu fazê-lo no ambiente e na linguagem humanos. Por hora, basta constatar que Deus parece não apenas ter escolhido o tempo e os lugares em que se daria sua revelação, mas também e principalmente a forma e os instrumentos que utilizaria para apresentá-la. Quanto à forma, escolheu a a linguagem escrita e os idiomas hebraico, aramaico e grego. Dentre os instrumentos, destaca-se a cultura do povo hebreu, que mesmo quando redigiu a Escritura em grego *koiné* ou comum, jamais abandonou suas origens, sua forma de pensar e seu estilo de vida.

Daí porque a presente investigação principia com a necessidade de se estabelecer as bases sobre as quais a interpretação

4 Todas as passagens bíblicas adotadas neste artigo serão da referência: A BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. rev. e atual. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.

das parábolas de Jesus deve se assentar. E a premissa básica é que não há como se fazer teologia a partir de um texto isolado. O princípio reformado de que as Escrituras interpretam as Escrituras (*Scriptura, Escripurae interpretes*)⁵ assumirá aqui o papel que lhe compete, com o fim de estabelecer relações com o contexto imediato da passagem, com o próprio livro do qual emerge e, principalmente, com passagens correlatas do Antigo Testamento, que irão revelar aspectos culturais fundamentais à compreensão das parábolas de Jesus, especialmente daquela parábola objeto desse artigo: a do camelo e agulha.

Cultura nada mais é do que “o conjunto de padrões de comportamento, [...] e outros elementos que distinguem um grupo social. Também podemos dizer que a cultura é a maneira de um grupo reagir a determinados acontecimentos” (BOTE-LHO, 2023, p. 78). É sob esse enfoque que se buscará entender a expectativa que cercava a plateia de Jesus, nela incluída seus próprios discípulos, quando este passou a versar sobre o que seria preciso fazer para herdar a vida eterna. Que resposta era esperada? O que pensava o judeu do século primeiro acerca da doutrina da retribuição e seus conceitos ambivalentes sobre bênção e maldição? Como Jesus lidou com esse tema e qual a resposta que romperia com as ideias preconcebidas de seu povo à luz do advento da Nova Aliança? Não há como se responder a tais questionamentos sem se debruçar sobre as crenças, teologia e costumes judaicos, o que doravante passará a ser chamado de pano de fundo cultural, sem o qual não se pode extrair do discurso parabólico sua melhor interpretação.

5 Conforme a Confissão de fé de Westminster, “A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), [...] esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente” (2019, p. 21).

1. INTERPRETAÇÃO DAS PARÁBOLAS DE JESUS

Interpretar é extrair de qualquer texto ou discurso uma mensagem válida a partir das palavras do autor. Interpretar o texto bíblico é algo que vai além de uma compreensão positiva ou útil. É preciso que se entenda que se está diante de uma construção que exprime a verdade de Deus para a humanidade. Por melhores que sejam as intenções, a Escritura não comporta interpretações particularistas nem as palavras nela inseridas se destacam de seu Autor e inspirador maior, que é o próprio Deus, de modo a permitir que o texto assuma vida própria e autorize a interpretação que mais se adequa aos anseios e pretensões do intérprete.

As parábolas de Jesus são Palavra de Deus em estado puro. Não que o restante do texto sagrado não provenha do único Deus verdadeiro. Longe disso. Toda a Escritura é inspirada (2Tm 3.16), e isto não está em discussão. Mas o fato de os discursos parabólicos terem saído da boca do próprio Deus-homem lhes confere ao menos uma nota característica que os distingue da maioria das demais passagens bíblicas, em que Deus fala através dos escritores inspirados. Neles, como no monte Sinai, Deus fala diretamente aos seres humanos. Por essa razão, vale a advertência de Kunz (2021, p. 28), para quem “deve-se sempre perguntar o que Cristo quis dizer aos seus ouvintes com determinada parábola, e não o que o intérprete quer que a parábola diga”.

Não se pode olvidar que esse princípio básico de interpretação bíblica é decorrência lógica de pressupostos teológicos extraídos do próprio caráter divino-humano das Escrituras, tais como, o fato de Deus ser harmonicamente único e pessoal, infinito e espiritual, imanente e transcendente, onisciente e onipotente, imutável, autoexistente, soberano e independente. É esse o alicerce seguro sobre o qual deve caminhar o intérprete, sempre atento à circunstância de que,

Se uma passagem bíblica parece de algum modo contradizer quaisquer desses atributos divinos, o intérprete reformado não parte para a alegorização do texto, a fim de desvencilhar-se levemente da dificuldade, nem, por outro lado, pressupõe uma contradição real. Ele reconhece as distâncias que o separam histórica, geográfica, linguística e espiritualmente do texto, e aprofunda sua investigação textual, gramatical, sintática, semântica, histórica e contextual da passagem, em busca de uma compreensão mais profunda do texto, que explique honestamente a aparente discrepância (ANGLADA, 2016, p. 111-112).

Por outro lado, “quem se propõe interpretar a Bíblia também deve estar preparado para um choque cultural. Ou para vários” (BOTELHO, 2023, p. 76). Jesus não foi apenas o ser humano mais importante que já passou por este mundo; ele também foi o judeu mais importante da história. E como tal, falou a partir de premissas extraídas da própria cultura em que nasceu e viveu. Como dito, ele também não era um ser humano comum. Como Deus, sabia quais temas precisava voltar a trabalhar e de que maneiras poderia se expressar de forma a tornar seu discurso adequado aos fins pretendidos, sempre expresso em uma linguagem própria de um judeu do século primeiro.

Acerca da riqueza de imagens da língua hebraica e de sua forma simbólica de pensar, a obra de Hans W. Wolff é considerada, sem dúvida, um clássico do século XX (MADUREIRA, 2017, p. 205). Foi esse teólogo quem lançou as bases daquilo que ele mesmo passou a chamar de ‘estereometria da expressão ideativa’ (WOLFF, 2008, p. 29). Em suas pesquisas, Wolff descobriu que termos bíblicos como “alma”, “coração”, “carne” e “espírito” perderam muito do seu sentido mais profundo quando transplantados para a língua grega, em razão de passarem a ser tratados, na maioria das vezes, em oposição mútua, querendo significar partes distintas do ser humano.

O pressuposto básico de Wolff é que tais conceitos, não raro, definem o ser humano como um todo, à semelhança do que ocorre com o ‘paralelismo de membros’ em algumas passagens do Antigo Testamento, como, por exemplo, no Salmo 84.2 (MADUREIRA, 2017, p. 207): “A minha alma suspira e desfalece pelos átrios do Senhor; o meu coração e a minha carne exultam pelo Deus vivo!” No referido texto, “alma”, “coração” e “carne” não significam partes distintas do ser humano, mas se referem ao indivíduo em sua integralidade. É isto que define o método sintético-estereométrico no pensamento veterotestamentário, que se vale majoritariamente de imagens para transmitir conceitos, diversamente do que ocorre com o pensamento helênico, do qual nossa sociedade sofreu forte influência, e que lança mão de conceitos para comunicar outros conceitos (MADUREIRA, 2017, p. 208).

As conclusões de Wolff quanto à linguagem veterotestamentária podem muito bem ser trasladadas para o texto neotestamentário. E por um uma razão muito simples: os escritores do Novo Testamento eram judeus ou viveram em um ambiente marcadamente judaico, podendo-se concluir que pensavam como judeus. O problema é que o intérprete, principalmente o ocidental, continua a se valer de categorias greco-romanas em suas tentativas de acessar o texto bíblico, como se a Bíblia tivesse sido escrita por algum filósofo grego “iluminado” ou por um jurisconsulto romano. Daí a atualidade do alerta de Bailey:

Poucos sabem que hoje existem mais de dez milhões de cristãos de língua árabe [...]. Falantes de uma língua semítica, esses cristãos são um povo que vive, respira e pensa a cultura do Oriente Médio, agindo e participando nela, pois estão arraigados nos costumes e tradições dessa região. As vozes deles, tanto do passado quanto do presente, precisam ser ouvidas nos estudos bíblicos. [...] O siríaco é uma língua irmã do aramaico de Jesus [...]. Séculos de literatura árabe cristã de alta qualidade permanecem, em sua

maior parte inéditos e desconhecidos. Todas essas fontes em siríaco, hebraico/aramaico e árabe têm em comum a cultura mais abrangente do antigo Oriente Médio, e todas elas são etnicamente mais próximas do mundo semita de Jesus do que as culturas grega e latina do ocidente (BAILEY, 2016, p. 13-14).

Por essa razão, não se pode olvidar da biblioteca na mente de Jesus e de seu público original, quando se pretende voltar ao estudo das parábolas. Botelho (2023, p. 96) lembra de um antigo ditado de origem incerta, que diz: ‘quando morre um idoso, perde-se uma biblioteca’. E acrescenta, dizendo que “os autores bíblicos não fogem à regra: seus escritos provêm da biblioteca da mente de cada um, e seu conteúdo deve ser levado em conta quando nos propomos interpretar as Escrituras [...]” (BOTELHO, 2023, p. 96). Exemplo claro de como a bagagem cultural inserta na mente de alguém pode determinar a forma como transmite sua mensagem se encontra em Lucas 9.57,58. Se Jesus fosse ocidental, responderia da seguinte forma ao homem que disse segui-lo para onde quer que fosse:

É fácil fazer declarações ousadas, mas precisa considerar seriamente o que lhe custará me seguir. Parece evidente que até agora você não o fez. Preciso dizer-lhe claramente que não lhe posso oferecer salário nem segurança alguma. Se as minhas palavras ainda não estão claras, talvez uma ilustração ajude: por exemplo, eu nem possuo cama onde dormir (BAILEY, 2022, p. 19-20).

No lugar de uma declaração abstrata, seguida de uma ilustração esclarecedora, tem-se uma confrontação dramática, com o uso de termos inesquecíveis: “As raposas têm seus covis, e as aves dos céus, ninhos; mas o filho do homem não tem onde reclinar a cabeça.” Um impacto é causado na mente do ouvinte que exige dele uma reação rápida e, muitas vezes, radical. Tal compreensão do modo de se exprimir do judeu do século primeiro ajuda o intérprete a se aproximar do significado mais provável

das parábolas de Jesus. Em outros termos, o estudo desses textos milenares deve se dar de uma forma culturalmente orientada, em que “o aspecto histórico deve ser reexaminado à luz da evidência adicional do ambiente cultural das parábolas” (KUNZ, 2021, p. 30). Acrescenta-se que não somente o contexto histórico, como também o teológico, são, de certa forma, elucidados por essa “exegese culturalmente orientada” (KUNZ, 2021, p. 30), como adiante se verá em relação à aqui denominada doutrina da retribuição, trabalhada neste artigo em capítulo próprio. Em suma, e essa é a tese de Bailey (2016), o texto bíblico e, por conseguinte, as parábolas de Jesus, exigem do intérprete a consideração do ambiente em que foram produzidos, traduzindo um estudo culturalmente condicionado.

Nesse sentido, necessário que o intérprete desenvolva suas conclusões não apenas em torno do contexto histórico da parábola, mas também dos aspectos religiosos e teológicos envolvidos, além das circunstâncias sociais, políticas e geográficas que porventura tenham influenciado o discurso parabólico. Dito de outro modo, deve o exegeta debruçar-se sobre o pano de fundo cultural daqueles que ouviram as parábolas de Jesus em primeira mão; a cultura na qual o texto está inteiramente submerso. “A questão não é: ‘Faremos julgamentos culturais enquanto interpretamos, ou não?’ Pelo contrário, a questão é: [...] ‘Qual cultura deve informar as nossas interpretações? A nossa ou a de outrem?’ (BAILEY, 2022, p. 25). Uma compreensão culturalmente orientada da parábola do Camelo e da Agulha ajudará a responder tais indagações.

2. A TEOLOGIA DEUTERONÔMICA E A DOCTRINA DA RETRIBUIÇÃO

Não seria exagero afirmar que o livro de Deuterônimo tem suscitado maiores discussões e estudos do que todo o restante da coletânea de cinco rolos, que se convencionou chamar

de Pentateuco. E não por acaso. Sua teologia e temática são marcadamente distintas quando comparadas àquelas tratadas nos quatro primeiros livros da Bíblia, embora se possa nele enxergar alguma unidade temática com seus vizinhos. Contudo, as diferenças prevalecem. Dentre os diversos temas tratados nos três discursos de Moisés ao longo do livro, um em especial se destaca: a doutrina da retribuição. Sua importância é manifesta por exprimir a forma como o Deus de Israel pretende interagir com seu povo, estabelecendo com este um relacionamento em que a obediência seria premiada e a desobediência punida. A influência que essa perspectiva passou a exercer na mentalidade hebraica é tamanha que Hamilton (2015, p. 434) chega a afirmar que, em razão dela, “[...] provavelmente todo o Antigo Testamento é deuteronômico”.

Detalhando melhor o conceito bíblico de retribuição, poderia este ser resumido na ideia de que aqueles que seguem ao Senhor podem esperar todo tipo de bênçãos materiais, enquanto os que repudiam o senhorio de lavé estarão sujeitos a sofrimentos, revezes e toda sorte de infortúnios. Tal percepção pode ser extraída dos capítulos finais do livro de Deuteronômio (29-30), nos quais Moisés profere seu terceiro discurso e conclama o povo a obedecer a Deus e a seguir seus retos caminhos. O que Moisés deixa claro na ocasião é que não há como ficar neutro diante da Lei do Senhor. Toda decisão, seja de aproximar-se dela, seja para dela se afastar, corresponderia a uma ação divina proporcional que abençoaria o que seguisse seus preceitos e amaldiçoaria seus infratores.

Os desenvolvimentos da doutrina da retribuição atingiram seu ponto mais alto na literatura sapiencial de Provérbios. Ali se pode perceber claramente o ensinamento tradicional dos sábios de Israel sendo colocado em prática, a saber: “Os perversos serão derribados e já não são, mas a casa dos justos permanecerá” (12.7). Trata-se ineludivelmente de uma teologia deuteronômica trasladada para a literatura de sabedoria. Tal percepção monolí-

tica da realidade iria rapidamente resultar em desdobramentos que se impregnariam na cultura de Israel ao longo dos séculos, chegando até os tempos de Jesus. O principal deles não é outro senão a necessária associação entre riqueza e bênção, de um lado, e pobreza e maldição, do outro. Como bem destaca Líndez (2014, p. 105):

Existe uma tendência que valoriza positivamente a riqueza em si mesma (o ser rico) e negativamente a pobreza (o ser pobre). Tal tendência corresponderia à doutrina sobre a remuneração intra-histórica que considera a riqueza um prêmio à justiça (ao justo) e a pobreza um castigo à maldade (ao malvado). Assim se expressa o Sl 37, em que se lê, por exemplo: ‘Fui jovem, agora sou velho; nunca vi um justo abandonado nem sua gente mendigando o pão. Afasta-te do mal e faz o bem, e sempre terás uma casa; porque o Senhor ama a justiça e não abandona seus fiéis. Os iníquos são exterminados [...] mas os justos possuem a terra’ (v. 25.27-29).

202

Contudo, a questão que se apresenta à nação de Israel, decorrente da revelação progressiva das verdades de Deus ao longo da Escritura, é que, com o passar do tempo, começou-se a perceber que o entendimento que se consolidou acerca da teologia deuteronomica talvez tenha simplificado demasiadamente a relação entre as condutas morais e a retribuição de Deus. Verificou-se, pela experiência dos sábios de Israel, que nem sempre o justo prospera e o ímpio perece. O escritor de Eclesiastes, por exemplo, não concorda com essa visão tradicional, afirmando categoricamente que “tudo isto vi nos dias da minha vaidade: há justo que perece na sua justiça, e há perverso que prolonga os seus dias na sua perversidade” (7.15).

O que se verifica nesse período é uma nítida distinção entre a sabedoria antiga, considerada como aquela que detém uma visão simples e até certo ponto ingênua da realidade (Provérbios, v.g.), e a sabedoria em crise, mais associada aos livros de

Jó e Eclesiastes, na qual se põe um incômodo ponto de interrogação em questões não explicadas pela razão humana. Historicamente, a primeira precede a segunda e se apresenta firme e segura em sua visão de mundo. Essa sabedoria antiga, embora tome como ponto de partida a experiência humana, jamais nega a transcendência divina, considerando sempre o ser humano em sua relação com Deus. Em suma, há uma ordem no mundo, que na sabedoria de Israel sofre os influxos da ação direta de Deus sobre sua criação.

Não obstante, como dito, constata-se uma ruptura com essa perspectiva tradicional e otimista da realidade, irrompendo um espírito crítico que surge da experiência dolorosa do sábio, que também é humano, ao perceber uma nítida contradição entre a teologia da retribuição, presente em Provérbios e surgida em Deuterônomo, e a realidade da vida como ela é, trazida à tona em Jó e Eclesiastes. Essa nova fase da literatura sapiencial vai considerar como único valor permanente e absoluto o próprio Deus, derrubando por terra a possibilidade do ser humano descobrir os mistérios da sabedoria por si mesmo.

Ao mesmo tempo em que se pode denominar de “crise da sabedoria” toda essa nova visão “pessimista” da realidade, identifica-se uma “luz no fim do túnel”, seja no livro de Jó, com o reconhecimento da finitude humana diante da grandeza dos planos divinos, seja em Eclesiastes, com a “desdramatização” do destino mortal do homem através dos fragmentos de sentido que a vida lhe oferece (LÍNDEZ, 2014, p. 136). Em Jó, o protagonista rebelase contra a doutrina da retribuição, defendida por seus amigos, e se volta para Deus em busca de respostas. Já Qohélet encara de frente as contradições da vida a partir da racionalidade de um pensador ou filósofo e descobre apenas em Deus a rocha inamovível em meio a uma realidade fluida e incoerente.

Tal ruptura não foi, porém, suficiente para extirpar da mentalidade judaica a necessária associação entre riqueza e prosperidade. A teologia deuteronomica estava arraigada en-

tre os próprios discípulos de Jesus, como se observa na seguinte passagem: “Mestre, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” (Jo 9.2). Na conversa com o Jovem rico, Jesus assevera: “Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no Reino dos céus” (Mt 19.23). A pergunta que segue, feita pelos discípulos, é intrigante e constitui o cerne de nossa investigação, a saber: “Sendo assim, quem poderá ser salvo?” (Mt 19.25).

3. A PARÁBOLA DO CAMELO E DA AGULHA

A parábola em questão é apresentada nos três evangelhos sinóticos como seguindo ao diálogo de Jesus com o jovem rico. A indagação feita por este a Cristo ecoou nos ouvidos da plateia atenta: “Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna?” (Lc 18.18). Jesus começa a informar seu interlocutor sobre a necessidade de observância dos mandamentos, quando novamente é interpelado pelo jovem: “Tudo isso tenho observado desde a minha juventude” (Lc 18.21). Não é difícil imaginar que aqueles que circundavam o diálogo tenham pensado algo como: “Eu sabia; esse moço é um verdadeiro israelita. Ele é a confirmação da Torá!”.

Todos esperavam uma resposta positiva da parte de Jesus. Um louvor e uma chancela do mestre à conduta irretocável daquele jovem aspirante a discípulo. Afinal, não foi assim que aprenderam: o cumprimento da lei resulta em uma vida próspera; as riquezas materiais são um reflexo da observância aos preceitos da Torá? Jesus, então, surpreende a todos: “Uma coisa ainda te falta: vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro nos céus; depois, vem e segue-me”. O relato bíblico nos informa que o jovem se afasta “muito triste, porque era riquíssimo” (Lc 18.22-23), e Jesus arremata, lançando uma pá de cal na questão: “Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas! Porque é mais fácil passar um camelo pelo

fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus” (Lc 18.24-25).

Antes de prosseguir, não custa lembrar que as expressões “camelo” e “agulha” têm sido objeto de notável controvérsia entre os especialistas. Duas teorias se destacam. A primeira sustenta que o termo grego para camelo (*kamelon*) foi transformado pelos copistas em uma expressão similar (*kamilon*), que quer dizer corda. Assim, segundo os defensores dessa tese, ainda que muito difícil, seria possível, em tese, passar uma corda no fundo de uma agulha. “No entanto, aqui se compara intencionalmente o maior animal que existia na Palestina com a menor abertura conhecida, para evocar a impressão do impossível” (KUNZ, 2021, p. 141).

Uma segunda teoria defende que a existência, nas aldeias do Oriente Médio, de portões com pelo menos três metros de altura por três metros e meio de largura, com uma portinhola usada para a passagem de pessoas e a eventual entrada de camelos, denominada de “olho da agulha”, poderia justificar a expressão na parábola em comento. Bailey (2022, p. 421), contudo, argumenta de forma convincente que essa interpretação não se sustenta, não havendo evidência linguística alguma, em qualquer idioma do Oriente médio, no sentido de se utilizar a expressão com esse significado. Kunz (2021, p. 142) conclui, dizendo que “[...] a maioria dos autores concorda em que os termos ‘camelo’ e ‘agulha’ devem ser tomados literalmente”.

Voltando à cena da parábola, a reação da plateia, atônita, após a última fala de Jesus, é compreensível, à luz do pano de fundo cultural da época. Não era a prosperidade uma das principais evidências da bênção de Deus? Se não é assim, quem poderia se salvar?! Um modo próprio de entender a doutrina da retribuição estava arraigado no coração do povo judeu. E Jesus já vinha informando a seus ouvintes de que a relação que Deus pretendia estabelecer com o ser humano devia ser entendida de forma um pouco mais profunda e menos simplista. Talvez ele

estivesse preparando seus discípulos para a teologia da cruz, que, sob o ponto de vista da cultura judaica, só poderia ser um escândalo (1Co 1.23). Jesus rejeitou a relação necessária entre o caráter do indivíduo e seu destino, no caso do cego de nascença (Jo 9.3); mencionou os 18 esmagados pela Torre de Siloé, que não eram notórios pecadores (Lc 13.1-5), mas foram, mesmo assim, vítimas do infortúnio; ensinou que Deus envia sol e chuva sobre bons e maus (Mt 5.45); nas bem-aventuranças, felizes são os pobres, os que choram, os perseguidos (Mt 5.3,4,10) (HAMILTON, 2015, p. 520).

Em um sentido figurado, talvez Jesus estivesse sugerindo que todos revisitassem as páginas de Deuteronômio para ali enxergar algo que iria além de uma mera retribuição. É como se estivesse dizendo: “Olhem bem, reflitam direito: será que é isso que Moisés estava querendo dizer? Considerem o fato de que Deus certamente cogitou sobre a absoluta impossibilidade humana de cumprir cabalmente os preceitos da Lei”. Nesse sentido, Hamilton (2015, p. 521) nos informa que o próprio Moisés lembra ao povo que Deus humilhou Israel no deserto não por causa de um pecado específico, mas para ensiná-lo e prová-lo (Dt 8.2-3). Por outro lado, a prosperidade de Israel é uma dádiva de Deus (Dt 8.18); aquela nação incipiente estava conquistando terras e vitórias não por serem mais justos do que outras nações em seu derredor (Dt 9.4-6). Deus usou a intercessão de Moisés para manifestar sua graça, poupando o povo no episódio do bezerro de ouro (Dt 9.25-29).

À luz de tais passagens do próprio livro de Deuteronômio, parece claro que a teologia nele contida foi fruto de uma excessiva simplificação. Tal como a parábola do Camelo e da Agulha, o tema central é a graça de lavé, manifestada a um povo que por suas próprias forças caminharia inexoravelmente para a maldição que aguardava todos aqueles que não observassem a Lei. Nas palavras de Kunz:

Deve-se lembrar que, no conceito judaico, possuir bens era uma comprovação da bênção de Deus, de modo que justamente as pessoas religiosas se apegavam às riquezas. [...] Sendo assim, perguntaram os discípulos, quem pode ser salvo? Jesus olha-os diretamente nos olhos e lhes deu a única resposta possível: ‘Sem o poder de Deus, ninguém’. O que o homem não pode fazer, Deus pode. A salvação, para os ricos e para os pobres, sempre é um milagre da graça divina. [...] Ninguém, sem ajuda, entra no Reino. Ninguém consegue grandes coisas e herda a vida eterna. Uma herança é uma dádiva e não um direito adquirido. [...] A salvação está além do alcance humano; é possível apenas para Deus. ‘Para os homens é impossível’. Era necessário levar os discípulos até este ponto. A afirmação principal é: ‘contudo, não para Deus, porque para Deus tudo é possível’. [...] Seguir a Cristo significa estar pronto para ter experiências de limites. O chamado é: ‘Você não precisa saber fazer algo, mas você precisa vir!’ (KUNZ, 2021, p. 142).

Como se vê, Jesus estava, a seu modo, revisitando uma interpretação que se construiu ao longo dos séculos e se incrustou na cultura hebraica em torno do livro de deuterônomo. Sua proposta era estabelecer de forma definitiva o que desde o início deveria ter sido compreendido pelo povo de Israel em seu relacionamento com Deus. Jesus não estava negando o fato de que Deus honra a obediência e despreza a desobediência. Sim, ele estava propondo uma nova obediência, a saber: “vende tudo o que tens [...]; depois, vem e segue-me” (Lc 18.22). Mas “A nova obediência não contradiz a velha lei, contudo vai além dela. O novo padrão estabelecido para o governante [jovem rico] está além de sua capacidade de cumpri-lo” (BAILEY, 2022, p. 419). E se este homem, com todos os seus esforços e todas as posses que conquistou “mercedamente”, não poderia ser salvo, ninguém poderia. Este o pensamento que Jesus quis embutir no coração de seus ouvintes. Na verdade, a ideia talvez fosse substituir a

interpretação culturalmente arraigada acerca da doutrina da retribuição por aquela que informa a todos que “Diante de Deus ninguém pode elevar-se a qualquer posição mediante os seus próprios esforços” (BAILEY, 2022, p. 419).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação das Escrituras não pode se dar sem o conhecimento do Deus das Escrituras. Essa é a primeira conclusão a que se deve chegar quando se busca sinceramente compreender as parábolas de Jesus.

Decorrencia dessa compreensão da revelação divina, tem-se que Deus planejou a Criação para revelar sua glória, e fez a humanidade à sua própria imagem para que essa revelação comunicasse algo Dele ao ser humano. Em certo sentido, cada indivíduo é a expressão e o veículo dessa auto manifestação divina. Daí porque, Deus opta por se revelar em um dado contexto histórico e cultural, que não pode ser ignorado na interpretação do texto bíblico.

O pano de fundo cultural tem, portanto, papel relevantíssimo na compreensão da mensagem inspirada transmitida àqueles que em primeira mão a receberam. Ao se colocar no lugar dos destinatários primevos dessa mensagem, o intérprete assume uma condição de humildade diante de um texto milenar, ao mesmo tempo em que evita o erro comum de tentar entendê-lo através de categorias de sua própria cultura, ignorando as distorções que daí podem decorrer.

A parábola do camelo e da agulha é um belo exemplo do quanto é possível se distanciar da verdadeira mensagem que Cristo quis transmitir. Sem mergulhar na mentalidade hebraica então vigente, em sua cultura e teologia, não se conseguiria sequer entender a reação dos circunstantes: “Sendo assim, quem pode ser salvo?” (Lc 18.26). Muito menos a proposta disruptiva de Cristo e a graça perene de lavé, que pretendia salvar tanto na antiga quanto na nova aliança.

Dito de outro modo, o destino do povo de Israel, tal como o da humanidade em geral, reservaria a ambos mais maldições do que bênçãos. O futuro do ser humano, se deixado à própria sorte, não é promissor. O Deus das Escrituras é mais um cumpridor de promessas do que um distribuidor de recompensas em troca de obediência (HAMILTON, 2015, p. 515). Ele se antecipa ao fracasso e à insubmissão humanos e decide redimir todo aquele que Dele se aproxima em sincero arrependimento. Em suma, a promessa de lavé em Deuteronômio 30.6 ecoa fortemente na parábola do camelo e da agulha e compõe o rico mosaico bíblico: “E o Senhor, teu Deus, circuncidará o teu coração”.

REFERÊNCIAS

A CONFISSÃO de fé de Westminster. São Paulo: Cultura Cristã, 2019. Edição do Kindle.

ANGLADA, Paulo Roberto Batista. **Introdução à Hermenêutica Reformada:** correntes históricas, pressuposições, princípios e métodos linguísticos. 2.ed. Ananindeua: Knox, 2016.

BAILEY, Kenneth E. **Jesus pela ótica do Oriente Médio:** estudos culturais sobre os evangelhos. São Paulo: Vida Nova, 2016.

BAILEY, Kenneth E. **As parábolas de Lucas.** 4.ed. São Paulo: Vida Nova, 2022.

BOTELHO, Marcos. **Mosaico bíblico:** uma introdução à hermenêutica e ao modo de pensar dos autores bíblicos. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023.

CARSON, D. A.; FRANCE, R. T.; MOTYER, J. A.; WENHAM, G. **J. Comentário bíblico Vida Nova.** São Paulo: Vida Nova, 2020.

HAMILTON, Victor P. **Manual do Pentateuco.** Rio de Janeiro: CPAD, 2015.

KUNZ, Claiton André. **As parábolas de Jesus e seu ensino sobre o reino de Deus**. Ijuí: Faculdade Batista Pioneira, 2021. Edição do Kindle.

LÍNDEZ, José Vílchez. **Sabedoria e sábios em Israel**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MADUREIRA, Jonas. **Inteligência humilhada**. São Paulo: Vida Nova, 2017.

WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2014. Edição do Kindle.

WON, Paulo. **E Deus falou na língua dos homens**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.